

14 Estados têm mais de 40% da população na pobreza, diz estudo da FGV Social

 valor.globo.com/brasil/noticia/2022/06/29/catorze-das-27-unidades-da-federao-tm-mais-de-40-pontos-percentuais-da-populao-na-pobreza-diz-estudo-da-fgv-social.ghtml

Catorze das 27 unidades da federação no Brasil têm mais de 40% de sua população na pobreza, aponta novo estudo divulgado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) nesta quarta-feira. Em quatro Estados, o percentual ultrapassa a metade da população: Maranhão (57,90%), Amazonas (51,42%), Alagoas (50,36%) e Pernambuco (50,32%).

Na média brasileira, a parcela é de 29,62%, ou quase um terço da população vive em situação de pobreza. Ao todo, eram 62,9 milhões de brasileiros em 2021 nesta situação, quase dez milhões a mais que em 2019.

Por esta classificação, pobres são aqueles que vivem com menos de R\$ 497 per capita por mês, considerando preços do quarto trimestre de 2021, ou U\$ 5,50 por dia. A linha de corte de R\$ 497 per capita mensal por mês é a mais alta para se classificar o contingente de pobres no país e segue os critérios internacionais de pobreza. Pelo Auxílio Brasil, por exemplo, só é considerado pobre quem vive com menos de R\$ 210 per capita por mês, também considerando preços do quarto trimestre de 2021.

Para além dos quatro Estados com mais da metade da população na pobreza, os demais com ao menos 40% de seus moradores nesta situação são Sergipe (48,17%), Bahia (47,33%), Paraíba (47,18%), Pará (46,85%), Amapá (46,80%), Roraima (46,16%), Ceará (45,89%), Piauí (45,81%), Acre (45,53%) e Rio Grande do Norte (42,86%).

O estudo aponta ainda que 25 das 27 unidades da federação registraram aumento do percentual da população na pobreza entre 2019 e 2021. A pior evolução dos indicadores de pobreza no período da pandemia foi observada em Pernambuco, com um aumento de 8,14 pontos percentuais: o percentual de pobres subiu de 42,18% em 2019 para 50,32% em 2021.

Outros Estados tiveram ampliação expressiva da parcela de pobres na população: Rondônia (25,19% para 31,65%), Espírito Santo (21,38% para 27,30%), Bahia (42,43% para 47,33%) e Minas Gerais (20,94% para 25,25%). As únicas quedas de pobreza no período foram observadas em Tocantins (34,54% para 33,59%) e Piauí (45,84% para 45,81%).

A menor taxa de pobreza no país em 2021 - assim como já tinha ocorrido entre 2012 e 2020 - é de Santa Catarina, com 10,16% da população vivendo com menos de R\$ 497 por mês, seguido do Rio Grande do Sul (13,53%) e Distrito Federal (15,70%).

"O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número representa 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia", afirma o economista Marcelo Neri, responsável do FGV Social pelo estudo produzido a partir de microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para além do recorte por unidades da Federação, o estudo do FGV Social também traz informações para 146 estratos geográficos brasileiros, ou seja, áreas específicas em que é possível ver a evolução dos indicadores. Nesta base de comparação, a maior taxa de pobreza em 2021 era observada no Litoral e Baixada Maranhense, que tinha 72,59% de sua população vivendo com menos de R\$ 497 per capita por mês. Por outro lado, aquele com menor fatia da população está no município de Florianópolis, com 5,7%.



— Foto: Arquivo/Agência Brasil